

GOVERNO PARECE ACREDITAR QUE ESTABILIDADE ALCANÇADA JÁ ESTÁ DE BOM TAMANHO

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO

O governo cometeu um grave erro ao não deslocar de imediato a ênfase de sua atuação política no Congresso para as reformas, tão logo a aprovação da emenda da reeleição na Câmara abriu perspectivas concretas para um segundo mandato para o presidente Fernando Henrique.

A extensão do horizonte político do presidente propicia uma oportunidade singular: FH pode ser o principal beneficiário político dos efeitos de longo prazo da reforma do Estado e da consolidação da estabilização. Tal oportunidade não é trivial, pois esses benefícios podem ser resumidos no crescimento da capacidade produtiva que resultará da reforma do Estado e na possível melhora da qualidade de vida para o importante contingente de cidadãos que os primeiros anos de inflação baixa conseguiram incorporar ao mercado de massa.

Ao contrário do que se esperava, entretanto, nos últimos 60 dias tem-se a sensação de que o possível vai sendo feito para rebaixar na escala de prioridades o esforço de reformas — que não devem ser confundidas com a mobilização permanente (e contraproducente) do Congresso para emendas constitucionais.

Essa redução da importância das reformas promovida por parte do próprio presidente foi acompanhada por algo ainda mais grave: a sensação de que o governo considera ganha a batalha contra a inflação e dá sinais, aos poucos, de crer que as taxas observadas nos últimos 12 meses já estão de bom tamanho.

Considerados os principais índices de preços, só o Índice de Preços no Atacado (Versão Disponibilidade Interna), calculado pela FGV, que já foi no passado a base para o sistema de indexação oficial, supera os 10% ao ano. Os demais ficaram em torno dos 9%, o que significa uma taxa média mensal de 0,72%. Mais importante, porém, é que os preços industriais, que formavam, no auge da inflação, o núcleo da realimentação inflacionária, tangido pelas regras de indexação de câmbio—salários—tarifas públicas, subiram apenas 4,7% nos 12 meses que terminam em março.

Essa vitória é importante, principalmente tendo em vista a convergência dos diversos índices, o que ilustra a flexibilidade de preços que resultou da desindexação bem-sucedida. Mas ainda não pode ser considerada como definitiva, pois a vitória contra a inflação só estará

completa quando o governo puder depender menos da inflação para se equilibrar, pois esse é o principal fator para determinar a inflação que se espera para o futuro. Hoje, precisamente por estar administrando um Estado falido, incapaz de cumprir o papel que dele exigem os cidadãos que o mantêm, a inflação baixa no passado é um indicador precário para a inflação futura.

A tarefa da reforma do Estado passa por três etapas: a transformação do papel do Estado na economia produtiva, a reforma patrimonial e a reforma tributária e orçamentária. As duas primeiras compreendem a desregulamentação de alguns setores, juntamente com a construção de um aparato re-

alberto.



É preciso redobrar a ênfase na redução do déficit e na prioridade da reforma do Estado

gulador capaz de garantir que a privatização das empresas não abrirá espaço para o abuso do poder econômico e permitirá a provisão de serviços públicos essenciais de qualidade, a preços não abusivos.

O progresso realizado nesses campos é substancial e deve avançar mais com a regulamentação da emenda constitucional que modificou o regime do monopólio do petróleo. Mas ele é relativo em outros planos, como ficou patente no recente movimento de correção de tarifas públicas, e certamente peca por um excesso de ênfase na venda de ativos. Não que os ativos do Estado não devam ser vendidos, mas a receita dessas vendas deve ser prioritariamente dirigida para compensar os atrasos na redução das necessidades de financiamento do setor público.

Na área tributária e orçamentária, entretanto, continuamos a administrar um sistema de inflação elevada, que confere baixa prioridade ao crescimento econômico.

A ênfase redobrada na redução do déficit e o prosseguimento das reformas voltadas para a construção de instituições não

inflacionárias são o único caminho do governo para se aproximar do essencial, aquilo que permitiria que o sucesso no front inflacionário fosse consolidado: um sinal de que a inflação para os próximos 12 meses será mais próxima dos 4,7% medidos pelos preços industriais que dos 9% medidos pelos preços ao consumidor. Pois isso é fundamental para que se mantenha a confiança na política cambial e na continuidade do alongamento dos prazos, interrompido de forma abrupta na semana passada.

O governo deve apressar-se para pôr fim à desconfiança — que tem atingido os mercados financeiros nos últimos dias — quanto às suas prioridades. Disso depende a continuidade do ambiente de estabilização. Pois nunca foram tantos, nos últimos três anos, os sinais de que o governo está em via de jogar a toalha e iniciar, de novo, processo de convivência com uma inflação moderada — que é inofensiva e frágil como um ovo de serpente.

■ Dionísio Dias Carneiro é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio